16:34 67%

CASO MARIELLE E ANDERSON

Em sessão na Câmara, Chiquinho nega ter ligação com o crime

Em videoconferência, ele diz que tinha 'ótimo relacionamento' com vereadora. CCJ adia decisão sobre a prisão do deputado

GABRIEL SABÓIA E LAURIBERTO POMPEU
gsaboia@oglobo.com.br
mailua

A sessão da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) na Câmara teve ontem uma participação inesperada. Preso sob suspeita de ter mandado matar a vereadora Marielle Franco, o deputado Chiquinho Brazão participou por videoconferência da reunião em que seus colegas votariam o relatório de Darci de Mattos (PSD-SC) que recomenda a manutenção de sua detenção. Três parlamentares pediram vista, e a decisão foi adiada. Na transmissão, ele se defendeu da acusação.

— A gente tinha um ótimo relacionamento, só tivemos uma vez um debate em que ela defendia área de especial interesse que eu também defendia. Só gostaria que vocês pudessem analisar antes de tomar essa posição, porque parece que cresce um ódio nas pessoas buscando não importa quem, alguém — disse Chiquinho.

Enquanto o deputado falava no vídeo, parlamentares do PSOL gritavam "assassino" e batiam nas mesas. O parlamentar afirmou que tinha bom convívio com Marielle e que só discordou dela em uma única ocasião, relacionada a um projeto de lei sobre a regularização de ocupações na Zona Oeste do Rio.

— Foi um debate em que eu dialogava com a vereadora uma coisa simples. Não vejo esse elo gerando o que gerou para o mundo todo, pela simples discordância de pontos de vista, onde eu estava lutando para aprovar o PL 174. A falta de organização do poder público que impediu que esses condomínios pudessem ser construídos. Era uma coisa simples demais para tomar uma dimensão tão louca para um vereador, como eu, que tinha uma relação muito boa com a vereadora — se defendeu.

O pedido de vista foi feito pelos deputados Gilson Marques (Novo-SC), Roberto Duarte (Republicanos-AC) e Fausto Pinato (PP-SP).

— O crime demorou seis anos para ser solucionado e tomaremos esta decisão em meia hora? Não tivemos tempo hábil para estudar o texto. Para que tanto afogadilho e pressa? — questionou o parlamentar do Novo.

'UM CASO SENSÍVEL', DIZ LIRA

Com o pedido de vista, válido por duas sessões, o texto de Darci de Mattos não pôde ser votado ontem na CCJ. A prisão de qualquer deputado federal tem que ser referendada pela Câmara. Só após passar pela comissão, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), vai marcar uma data para o relatório ir a plenário.

— Ele ficará preso até que o plenário da Câmara se posicione em votação aberta. É um caso difícil, sensível para todos nós. Todos tratam esse assunto com o máximo de cuidado pela repercussão que sempre teve, é complexo, é grande — disse Lira.

Atrás das grades e diante da câmera. O deputado Chiquinho Brazão fala para seus colegas durante a sessão da CCJ

> *"Tinha uma relação muito boa com a vereadora"*
>
> **Chiquinho Brazão,** deputado preso, em fala por vídeo

> *"Ele ficará preso até que o plenário da Câmara se posicione em votação aberta. É um caso difícil, sensível para todos nós"*
>
> **Arthur Lira,** presidente da Câmara

Além de decidir sobre a prisão de Chiquinho, a Câmara também vai analisar um pedido de cassação do deputado, que deve ter um trâmite mais demorado. Caso isso ocorra, sua vaga será ocupada pelo suplente Ricardo Abrão, que foi exonerado ontem do cargo de secretário especial de Ação Comunitária da prefeitura do Rio. Sobrinho do bicheiro Aniz Abrão David, ele já esteve na Câmara em dois momentos, em 2023 e 2024: assumiu entre 3 de fevereiro e 17 de julho de 2023, quando Daniela do Waguinho esteve no Ministério do Turismo; e no período entre 3 de outubro de 2023 e 1º de fevereiro de 2024 quando Chiquinho Brazão ficou à frente da secretaria no Rio.

Abrão assumiu a secretaria municipal no lugar Chiquinho, que voltou para a Câmara dos Deputados. Depois de dois meses, cerca de 15 funcionários indicados por Chiquinho para a pasta foram exonerados ontem. No relatório da Polícia Federal que serviu de base para as prisões, domingo, dos irmãos Brazão e do ex-chefe de Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa, o nome de Abrão é citado como ex-sócio dos Brazão em um posto de gasolina.

Tempo e 'sabotagem' impuseram lacunas ao inquérito

Relatório da PF diz que houve dificuldade para levantar informações seis anos após o crime e aponta falhas na investigação inicial

ROBERTA DE SOUZA
roberta.souza@oglobo.com.br

No inquérito sobre as mortes da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, a Polícia Federal relata as dificuldades de obter, seis anos após o crime, "prova cabal" contra os suspeitos que foram presos preventivamente — Chiquinho Brazão, Domingos Brazão e Rivaldo Barbosa. Mesmo que a investigação tenha revelado detalhes antes desconhecidos, a PF, em quase 500 páginas, faz menção a lacunas que não puderam ser preenchidas em razão do tempo. Esse é um dos motivos citados no relatório para explicar, por exemplo, a falta de provas dos três encontros dos mandantes com o executor Ronnie Lessa, ou a dificuldade de localizar o restante da munição usada e a arma do crime.

No relatório, a PF ressalta que, em investigações de homicídios, é crucial a captação de provas durante as chamadas "horas de ouro", ou seja, os primeiros momentos após o crime. É nesse intervalo de tempo que é possível conseguir as informações mais importantes, o que não foi feito pela Delegacia de Homicídios. Neste ponto, os federais falam em "sabotagem".

Em seguida, o relatório reforça a importância dos depoimentos de Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz em delações premiadas: "A concatenação dos fatos trazidos pelos colaboradores, notadamente Ronnie Lessa, e a profusão de elementos indiciários revestidos de um singular potencial incriminador dos irmãos Brazão são aptos a atribuí-los a autoria intelectual dos homicídios ora investigados". A PF destaca ainda que as afirmações dos delatores foram "devidamente checadas, na medida em que os mencionados percalços permitiram".

FALTA DE REGISTROS

Uma das dificuldades da investigação foi provar que os envolvidos estavam nas reuniões citadas por Lessa. Segundo o ex-PM, ele se encontrou com o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Domingos Brazão e seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão, pela primeira vez no segundo semestre de 2017, com a intermediação do PM Edmilson da Silva de Oliveira, o Macalé, que está morto. Sem precisar a data do evento, ele narra que encontrou Macalé numa lanchonete na Barra da Tijuca, e que depois foram para as imediações de um hotel no mesmo bairro.

No inquérito, confirmou-se que Macalé frequentou a região onde fica a lanchonete através dos dados transferidos do celular dele para torres de telecomunicação, as chamadas Estações Rádio Base (ERB). Entretanto, não foram resgatados registros anteriores a 2018 "ante a precariedade do cenário de produção probatória atual".

A PF apurou que o ponto apontado por Lessa ficava a apenas um quilômetro da casa de Domingos. De acordo com investigadores, esse detalhamento foi fundamental para o relato ser corroborado, já que o ex-PM não sabia onde o conselheiro morava. Não há citação sobre a participação de Rivaldo Barbosa, chefe de Polícia Civil na época do crime, nesses encontros.

Na delação, Lessa contou ainda que usou um motel abandonado na Zona Oeste para testar a arma do crime. Neste caso, a PF foi até o local, mas descobriu que um trator fez uma limpeza da área entre 2018 e 2019.

Macalé: miliciano, agenciador de assassinos e passarinheiro

PF aponta ex-PM como intermediário entre mandantes e assassino de Marielle

SEGREDOS DO CRIME

VERA ARAÚJO
varaujo@oglobo.com.br

O ex-PM Edmilson Oliveira da Silva, conhecido como Macalé, é visto como peça-chave em assassinatos de repercussão no Rio. Não por acaso, sua morte é considerada queima de arquivo por um dos responsáveis pelo relatório da Polícia Federal que serviu de base para a prisão dos acusados de mandar matar a vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes.

Segundo a delação premiada do ex-PM Ronnie Lessa, acusado de atirar na parlamentar e no motorista, Macalé, sargento da Polícia Militar fluminense, foi quem o procurou para cometer os assassinatos. O contato, segundo Lessa, aconteceu no segundo semestre de 2017.

PASSATEMPO COMUM

Os investigadores observam que o deputado federal Chiquinho Brazão e Macalé têm um passatempo comum: são passarinheiros, criadores de aves. O gosto do político pela prática foi constatado em registros nas redes sociais.

Outra conexão entre eles não é tão singela: o agenciador Macalé era responsável pela milícia de Osvaldo Cruz, bairro da Zona Norte sob influência de Chiquinho e seu irmão Domingos Brazão, ambos hoje no presídio federal de Brasília, apontados como mandantes do duplo homicídio.

Para Lessa e Macalé, a recompensa pelo homicídio da parlamentar seria um loteamento na Zona Oeste, onde estariam livres para explorar serviços da milícia, como "gatonet". Conforme o relatório, também coube a Macalé entregar uma metralhadora MP5, a preferida de Lessa, trazida da favela de Rio das Pedras e usada no crime.

Emboscada. Macalé carregava gaiolas momentos antes de ser assassinado

No documento da PF consta ainda que o contraventor Bernado Bello foi outro a requisitar serviços de pistoleiros. Mais uma vez, Macalé fez a ponte com Lessa. A missão seria matar a ex-presidente do Salgueiro, Regina Celi Fernandes Duran, desafeto do bicheiro, o que não aconteceu.

Para a PF não há dúvidas de que Macalé era uma espécie de "corretor da morte". Além de atuar na milícia da Zona Oeste, o sargento da PM também servia de intermediário entre quem queria encomendar um assassinato e quem executaria o serviço.

Lessa contou na colaboração que Macalé trouxe o pedido de Bello, que não tinha falado diretamente com o contraventor no primeiro contato. Coube ao chefe da segurança de Bernardo Bello, outro policial militar, José Carlos Roque Barboza, procurar o compadre Macalé. O réu no caso Marielle complementa dizendo que nem sabe se ambos realmente tinham essa relação de parentesco, mas era assim que Macalé tratava Roque.

Macalé foi executado em Bangu, na Zona Oeste do Rio, em novembro de 2021. A Delegacia de Homicídios da Capital informou que já há um suspeito — ou seja, por enquanto ninguém foi indiciado. Quando foi morto, Macalé carregava duas gaiolas com passarinhos.